

Não há exceção, a lei maior é a da oferta e da procura

14 JAN 1987

Rubem de Freitas
Novoes (*)

Na vida, aprende-se estudando, vivendo e fazendo. Os processos de "learn by studying" e de "learn by doing" são fundamentais, complementares e pouco valem isoladamente.

Estas considerações óbvias aplicam-se, como não podia deixar de ser, ao exercício da política econômica e são valiosas num momento em que foram desrespeitados princípios básicos da ciência e ensinamentos derivados da vivência histórica dos povos.

Hoje, quando o acúmulo de problemas impõe uma mudança política, e talvez até de pessoas, necessário se torna sistematizar algumas lições extraídas da conjuntura para que se possa trilhar novos caminhos com um mínimo de chances de sucesso. Vamos às lições:

1. A lei maior é a da oferta e da procura — O governo não tem o poder de, através de leis, decretos, resoluções, portarias, nem mesmo de constituições, revogar a Lei da Oferta e Procura. Preços que não equilibram o mercado não vigoram por muito tempo. Excessos de demanda, aos preços tabelados, serão sempre causa de filas e falta de mercadorias, num primeiro estágio. De ágios disfarçados e de "disfarces" de quantidade e qualidade, num segundo estágio. E, finalmente, de ágios incorporados abertamente aos preços praticados. Não há, e nunca houve, exceções à regra.

2. Não há sabotadores, o erro é do governo — É comum atribuir-se os insucessos do Cruzado à atuação de especuladores e sabotadores. A ganância dos empresários seria a grande causadora de nossos males presentes, como se novidade fosse o desejo de cidadãos e empresas de maximizar lucros. O erro, na verdade, está em contar com um procedimento incomum dos agentes econômicos. A falha é de quem dosa mal os instrumentos de política econômica e não das pessoas que aumentam preços, reduzem exportações, compram dólares, especulam em estoques, etc. Se não se acredita nisso, melhor é fechar as portas de nosso frágil capitalismo.

3. Os estrangeiros não são bobos — Mesmo nos momentos áureos do Cruzado, quando as perspectivas de crescimento e de equilíbrio no balanço de pagamentos eram róseas, assistimos à fuga de capitais

de risco investidos no Brasil e à relutância dos credores externos em nos em prestar novos recursos. A razão maior é simples: mudou o clima em relação aos estrangeiros e mudou para pior. Sente-se, nas mínimas atitudes dos escalões inferiores do governo, um ar de xenofobia, um desejo de "morder os gringos". Ora, nenhum visitante gosta de sentir-se sobrando e, muito menos, indesejado. A reação natural é a de arrumar as trouxas e ir embora. Neste particular estamos na contramão da história, bastando atentar para a União Soviética e a China e para os exemplos mais próximos de Espanha e Portugal. Reverter os sinais não vai ser fácil, mas deve ser tentado.

4. Para investir não basta pedir — Têm ocorrido investimentos em pequenas expansões de capacidade e em melhora de produtividade, mas muito pouco em termos de instalação de novas plantas industriais. O governo parece surpreendido com a pouca disposição do setor privado para investir, diante de tanta demanda e considerando seus esforços para manter baixa a taxa de juro real da economia. No entanto, a ra-

zão dos empresários é clara. Tabelamentos, congelamentos e alinhamentos provocam incertezas incommensuráveis. Tabelamentos com subidas de juros, aumentos de salários e elevação da carga tributária reduzem a margem de lucratividade das empresas. Inflação em alta e crise do balanço de pagamentos trazem o receio de recessão futura. As alterações feitas nas regras do mercado de capitais esvaziaram a possibilidade de capitalização via mercado acionário. Os recursos para financiamento de longo prazo, que já não eram muitos, desapareceram (com exceção do BNDES, hoje sobre-carregado) em razão da extinção da correção monetária. Como investir nesta circunstância? O setor privado precisa da sinalização de preços livres, de menor ingerência estatal e do estabelecimento de regras claras e seguras. Os sinais recentes dados no sentido do "realinhamento" dos preços representam um tênue progresso nesta direção. Mas muito mais ainda precisa ser feito.

5. A indexação é efeito e não causa da inflação — Alguns dos economistas he-

terodoxos apresentavam a indexação generalizada existente na economia como a principal causa da inflação brasileira da era pré-Cruzado. Com a sua eliminação e com o congelamento de preços estaria quebrada a inércia e nossos males estariam virtualmente curados. Grossa ilusão! As causas básicas da inflação: déficit público, expansão monetária e crescimento de salários impuseram seus efeitos e paulatina e progressivamente os preços vieram crescendo até que a inflação voltasse aos dois dígitos, em dezembro. Pouco a pouco o governo foi reindexando e economia de forma disfarçada (via LBC) para resguardar um mínimo de racionalidade e, hoje, já não são poucos os que pregam a correção monetária à antiga. Na verdade, o que se tem de discutir é se a correção monetária (indexação) deve ser arbitrada pelo governo ou pactuada livremente pelas diferentes partes contratantes. A sua necessidade imperiosa, em havendo inflação ou perspectiva de inflação, está fora de dúvidas.

6. A "ciranda financeira" também é efeito da inflação — Muito se disse

também da "ciranda financeira". Seria inflacionária. Causaria desvio da poupança para usos não produtivos. Seria alimentadora do ócio e da especulação, etc, etc. Na verdade a "ciranda" tem duas causas básicas: a inflação e o déficit público. Com a inflação as pessoas e empresas fogem dos depósitos a vista e buscam a m d e f e s a n o "open". Havendo déficit de caixa, o governo precisa que alguém financie a colocação de seus títulos. Os interesses se cruzam e está formada a misteriosa "ciranda financeira". Com a redução da inflação após o Cruzado, aumentou a demanda por moeda e o governo pôde financiar seus déficits monetizando a economia e reduzindo o estoque de títulos públicos colocados junto ao mercado. Por sua vez as pessoas e empresas dispunham-se a transferir uma parcela significativa de seus ativos do "open" para os depósitos a vista nos bancos. A "ciranda" murchava: a olhos vistos! Agora, com a brusca elevação da inflação, teremos o caminho de regresso. O governo terá de colocar títulos para desmonetizar a economia, caso contrário a inflação explode.

Recursos serão transferidos dos depósitos a vista para o "open" que em última instância financiará esses títulos. Apesar dos reclamos do PMDB, estará inexoravelmente reinstaurada a "ciranda financeira", que muito tem a ver com a inflação e pouco com programas partidários.

7. Mais ortodoxia e menos "pajelança" — A política econômica adotada recentemente, apenas com instrumentos heterodoxos, compara-se, guardadas as devidas proporções, aos tratamentos recomendados pelo curandeiro Sapaim.

Perdeu-se uma oportunidade ímpar de sucesso por ojeriza ao receituário convencional, que se aco- plaria bem a um congelamento de curta duração. A crise a que chegamos, com saídas todas difíceis pela perda dos graus de liberdade nas áreas cambial e de capacidade instalada, deixa, como lição mais importante, a necessidade de maior uso de medicina tradicional.

(*) Sócio-gerente da Projeção Consultoria Econômica Ltda.; Ph. D. em Economia pela Universidade de Chicago.